Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico

Osmar Sanches*

Resumo

O artigo retoma um debate que atualmente vem sendo pouco realizado, que é a busca pelos determinantes teóricos da economia informal. Nos estudos recentes este assunto é pouco abordado, suas definições e origens são tratadas, geralmente, de forma superficial e pouco especificadas. No Brasil muitas vezes a questão fica resumida a existência ou não da carteira de trabalho assinada. No artigo resgata-se a fundamentação das principais escolas do pensamento econômico a respeito do assunto, os marxistas, estruturalistas e neoliberais, a partir da década de 1970. Após uma apresentação sucinta do pensamento destas escolas, analisa-se os fatores determinantes do surgimento da economia informal em comum entre elas. E o artigo se encerra com a apresentação de forma sintética dos principais determinantes da economia informal usando como base as idéias destas três escolas.

Palavras chave: economia informal, determinantes da informalidade, teoria da informalidade.

* Bacharel em Economia pela Universidade São Judas Tadeu e Mestrando em Economia pela PUC-SP
Contato: osmarsanches@hotmail.com
2008 – São Paulo - Brasil

Introdução:

As controvérsias em torno da economia informal não se encontram apenas nas discussões para a definição de seu conceito, mas também em suas matrizes teóricas. Neste trabalho o termo "matriz teórica" esta sendo utilizado em sua acepção corrente, ou seja, diz respeito às escolas econômicas que deram origem às determinadas linhas de estudo da economia informal.

Os estudos a respeito da economia informal têm seu início na década de 1970, período de transição que é considerado por muitos como os últimos anos de um ciclo de crescimento baseado no capital industrial. O período do Pós-Guerra foi de crescimento econômico acelerado baseado amplamente na mão de obra assalariada e regulamentada pelo Estado, principalmente nos países mais avançados, o fim desse ciclo gerou uma crise no modelo de crescimento e decretou o fim do período chamado de os "Trinta Anos Gloriosos".

A crise afetou cada país de forma distinta, porém os mais atingidos foram os que se encontravam na periferia e, portanto ainda não haviam completado ou mesmo nem sequer iniciado (como é o caso de muitos países da África) seu movimento no sentido de uma maior intensificação de sua industrialização. Estes países não conseguiram desenvolver um mercado de trabalho onde o assalariamento houvesse alcançado ampla maioria da sociedade. Portanto é neste cenário que surgem os primeiros trabalhos estudando o fenômeno da economia informal.

Na esteira dos acontecimentos do período, os estudos da década de 1970 e princípio dos anos 80 a respeito da economia informal, se basearam no arcabouço dos estruturalistas e marxistas.

Os estruturalistas representados pelo PREALC (Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe) referenciaram-se no pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), cujo ponto de partida era a hipótese da heterogeneidade estrutural da América Latina, explicando com isso o desenvolvimento desigual do mercado de trabalho. Neste modelo haveria uma estrutura econômica dual, um pólo moderno, dotado de grandes unidades de produção e com relações trabalhistas assalariadas reguladas por legislação. Este coexistiria com um pólo de baixa produtividade, que teria pequenas unidades de produção intensivas na utilização da mão-de-obra desregulamentada, e que, portanto, participariam da economia informal.

Os marxistas tinham uma idéia um tanto diferente a respeito da economia informal. Na acepção destes autores, ela é definida pela falta de relações capitalistas nas tarefas dos trabalhadores, porém suas atividades seriam complementares aquelas do pólo moderno, sem as quais o capitalismo passaria por graves crises. A economia informal serviria ao capitalismo ampliando o exército industrial de reserva e garantindo formas de sua subsistência; além disso, participaria ativamente do processo de acumulação capitalista atuando em seu modo de produção.

A década de 1980, no Brasil, é conhecida como a "Década Perdida" devido à grave crise econômica (conhecida como a "Crise da dívida") que o assolou nesses anos. E esta situação foi à realidade para a maioria dos países em desenvolvimento. A crise na América Latina configura-se pelo baixo nível do crescimento econômico e pelo agravamento das condições sociais, o que interrompeu o processo de desenvolvimento que ocorria desde a década de 1960.

Os reflexos destes problemas se abateram também sobre o mercado de trabalho, que registrou altos níveis de desemprego e o aumento da economia informal. Foi neste contexto que as propostas neoliberais ganharam força e uma nova linha de análise da informalidade surgiu, a legalista e neoliberal.

Os trabalhos de De Soto (1987) foram os que tiveram maior repercussão nesta etapa, nos quais o Estado era responsabilizado pelo crescimento da economia informal. Segundo Pamplona (2001), nesta abordagem, ela também é chamada de economia subterrânea e consiste de atividades econômicas não-registradas, não declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas.

O objetivo deste trabalho não é esgotar a análise das linhas teóricas que estudam a economia informal e sim utilizá-las para observar os determinantes de seu surgimento. Para tanto, examina-se como são tratadas algumas variáveis. As escolhidas foram às macroeconômicas, microeconômicas, legal e tributaria, além de uma de cunho populacional que engloba questões demográficas e migratórias. A hipótese de utilizá-las como determinantes se mostra alinhada com a de outros autores. A respeito desta questão Baltar e Dedecca (1997, p 79) nos apresentam o seguinte:

> Este aumento recente da informalidade tem provocado uma grande discussão sobre os seus determinantes. Duas posições têm prevalecido sobre o tema. Uma primeira que sinaliza que ele tem como causa a perda de dinamismo econômico e a destruição da base de trabalho assalariado. E uma outra que toma o processo como resultado de elevados custos do emprego formal impostos pelo sistema nacional de relação de trabalho.

Na análise destes autores, os determinantes são divididos em dois grupos: um relacionado ao setor macroeconômico, responsável pelo dinamismo econômico; e outro aos elevados custos dos empregos formais, muitas vezes relacionados à legislação trabalhista. Há um terceiro que se baseia em mudanças estruturais da organização da produção. Segundo a OIT (2002, p 2):

> There has also been increasing flexibilization and informalization of production and employment relationships in the context of global competition and information and communications technology (ICT). More and more firms, instead of using a fulltime, regular workforce based in a single, large registered factory or workplace, are decentralizing production and reorganizing work by forming more flexible and specialized production units, some of which remain unregistered and informal.

Além dos fatores macroeconômicos e legais, surge outro que é de cunho microeconômico, pois se trata da forma como as empresas estão reorganizando sua produção e o impacto que estas mudanças

provocam no mercado de trabalho, principalmente alterando o grau de formalidade das relações de trabalhistas.

O determinante que leva em consideração alguns aspectos de cunho populacional é importante, pois busca analisar a dinâmica da economia informal a partir dos fluxos migratórios e dos aspectos demográficos.

Este trabalho esta dividido em quatro itens, sendo que o primeiro busca mostrar como os estruturalistas analisam o fenômeno da economia informal mediante a tese da heterogeneidade estrutural e seus desdobramentos. O item dois trata da escola marxista e neomarxista, sendo que estes autores explicam a economia informal a partir da complementaridade existente entre formal e informal. O item três busca entre os legalistas e neoliberais as explicações para o surgimento da economia informal. A ênfase dada nesta escola são as questões relacionadas aos atuais padrões institucionais. E por fim, o item quatro, é a conclusão que apresenta uma tabela na qual é possível relacionar os diversos determinantes e as linhas teóricas. O objetivo é observar como os mesmos determinantes podem aparecer em distintas linhas teóricas, algumas vezes com as mesmas funções, porém divergindo em outras.

1. PREALC/Estruturalistas

A linha teórica PREALC/Estruturalistas procura nas formas práticas do desenvolvimento do capitalismo as explicações do surgimento da economia informal e, nessa busca encontra ressonância no "modelo de Lewis". Conforme Ramos (2007), ele foi desenvolvido na década de 1950 e apresenta uma economia dual transitória. Isto ocorre devido à convivência de um setor moderno (urbano-industrial) e um setor tradicional (ou arcaico, ou rural) em um período de transição, no qual os dois setores conviveriam.

Nos trabalhos de Lewis o setor moderno seria constituído de grandes unidades de produção com elevada produtividade, no qual as relações de trabalho seriam regulamentadas pela legislação estatal. O setor tradicional seria composto por pequenas unidades de produção, pouco intensivas em tecnologia e com baixa produtividade. Neste as relações de trabalho seriam predominantemente familiares não regidas por legislação estatal e em muitos casos não assalariadas.

O papel do setor tradicional seria fornecer mão-de-obra necessária para o moderno. Conforme colocado por Ramos (2007) e Bangasser (2000), o modelo de Lewis acabou por ser caracterizado como sendo um modelo de crescimento com "oferta infinitamente elástica de mão-de-obra" ou "oferta ilimitada de trabalho". A idéia era que com o tempo o desenvolvimento gerado pelo setor moderno

fizesse com que o setor tradicional fosse absorvido até desaparecer. A partir disso a economia passaria a ser considerada desenvolvida. Este foi o percurso pelo qual a maioria das economias desenvolvidas havia percorrido.

Este modelo propiciaria o desenvolvimento de uma economia dual e transitória. Tais características seriam observáveis, principalmente, nos países que começaram seu processo de desenvolvimento tardiamente. A reversão deste processo era apenas uma questão de tempo, conforme nos coloca Ramos (2007), que ainda enfatiza que em termos de políticas públicas o foco deveria ser concentrado no setor moderno, pois ele é o setor dinâmico responsável pela eliminação do tradicional por meio de sua absorção de mão-de-obra.

O caráter transitório apresentado pelo modelo de Lewis garantiria o desenvolvimento da economia nos mesmos moldes do que aconteceu com os países desenvolvidos, desde que houvesse políticas públicas estimulando o investimento no setor moderno.

As experiências ocorridas nos países desenvolvidos, principalmente os da Europa ocidental, mostravam que este era o paradigma de modernização a ser seguido. No qual havia uma homogeneização socioeconômica, em que predominava o assalariamento na estrutura ocupacional, e dominavam as relações de trabalho reguladas pelo Estado com ampla penetração das negociações coletivas. Mas este paradigma tinha certas particularidades, conforme nos mostra Baltar e Dedecca (1997, p 68):

> a experiência mostrava que a capacidade de geração de postos de trabalho criada pelo avanço da estrutura industrial, ao ser acompanhada pelo aprofundamento da democracia, havia alterado positivamente as normas e regras que estruturavam os sistemas nacionais de relações de trabalho, permitindo sua crescente institucionalização e homogeneização. Este movimento teria sido fundamental para a extensão do padrão de consumo moderno a amplas massas de trabalhadores, contribuindo para estabelecer um circuito virtuoso renda-consumo-investimento, para o vigoroso e prolongado crescimento daquelas economias.

Quando analisado o mesmo processo para a América Latina constatou-se que este tipo de desenvolvimento não havia ocorrido ao longo das décadas de 1960 e 1970, período em que a região passou por um grande surto de industrialização.

Retomando Baltar e Dedecca (1997), eles colocam que, em primeiro lugar, a modernização ocorrida na América Latina fora limitada, gerando um grau de assalariamento aquém do desejado. E em segundo lugar as transformações econômicas não foram acompanhadas de mudanças mais significativas na estrutura social destes países, ao contrário, os períodos de desenvolvimento econômico muitas vezes ocorreram sob regimes autoritários que reprimiam os movimentos sociais. Com isso as

forças democráticas que poderiam reforçar a tendência de aumento do assalariamento e a promoção de mudanças sociais foram reprimidas. Baltar e Dedecca (1997, p.69) finalizam da seguinte forma:

> Concluía-se, portanto, pela ausência na América Latina de um movimento de transformação socioeconômica que resolvesse os problemas de exclusão e que consolidasse uma trajetória de homogeneização social, que provocasse o rompimento de um mercado de trabalho fortemente fragmentado. Deste modo, o assalariamento com proteção social – *standard employment relationship* – não chegou a ter na experiência de industrialização excludente a importância observada nos países capitalistas avançados.

Portanto a homogeneização das economias em desenvolvimento não chegou a se consolidar. Isto, em grande parte, devido a fatores econômicos, porém as condições sociais e democráticas da região também não contribuíram. Isso dificultou que ocorresse algo, ao menos próximo, do que correu com os países desenvolvidos.

A homogeneização das economias em desenvolvimento ficou incompleta, gerando uma sociedade heterogênea. O padrão de trabalho assalariado não se estabeleceu de modo a abranger toda a população. As fases renda – consumo – investimento que levariam a realimentação do ciclo foram impedidas, este fato associado à repressão gerada por regimes autoritários levaram a criação da tese heterogeneidade estrutural defendida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

Desde a década de 1950, os cepalinos tinham esboçado sua teoria, que apesar de se apoiar em um conceito de dualidade, semelhante ao do modelo de Lewis, era muito menos otimista em relação ao desenvolvimento que poderia ser alcançado.

De acordo com esta tese haveria uma estrutura econômica dual. Esta seria formada de um pólo moderno, dotado de grandes unidades de produção e com relações trabalhistas assalariadas reguladas por legislação, e junto a ele coexistiria outro, com baixa produtividade, que teria pequenas unidades de produção, intensivas na utilização da mão-de-obra familiar (ou em relações não regulamentadas de trabalho, embora geralmente assalariadas). A tendência desta heterogeneidade estrutural seria se reproduzir e não desaparecer. Com isso os cenários futuros não sugeriam uma sociedade homogênea como a dos países centrais.

Embora estivesse subentendida a questão do mercado de trabalho nos modelos da CEPAL, este não era seu foco; o ponto central de suas análises era o processo de desenvolvimento da economia de maneira mais ampla conforme Ramos (2007).

A tarefa de desenvolver a questão do mercado de trabalho utilizando o arcabouço teórico herdado da CEPAL foi executada pelo PREALC, que era um programa da OIT, que tinha como objetivo auxiliar os países da região na implementação de políticas públicas para promover o crescimento das oportunidades de emprego. Segundo Ramos (2007, p. 119):

> O PREALC tentou contextualizar a questão da informalidade dentro da reflexão da economia do desenvolvimento, e, nesse sentido, "adotou" o pensamento cepalino. A heterogeneidade do mercado de trabalho e das unidades produtivas seria uma particularidade do conceito de "heterogeneidade estrutural" tão caro ao pensamento da CEPAL.

Segundo Braga (2006), de acordo com a visão desenvolvida pelo PREALC para entender a economia informal, seus determinantes estão vinculados à pobreza, os movimentos migratórios, ao padrão tecnológico e à extensão da heterogeneidade estrutural.

Os fatores citados se relacionam de várias formas. Uma delas é que na medida em que o setor moderno não consegue gerar oportunidades de trabalho suficiente (muitas vezes devido ao padrão tecnológico ser intensivo em capital), os trabalhadores não aproveitados tendam a buscar alternativas na economia informal.

De acordo com os trabalhos do PREALC, o excedente de mão-de-obra poderia ser ainda maior devido aos fluxos migratórios que se encaminhavam para os grandes centros urbanos. Estas pessoas, em muitas das ocasiões, não encontravam empregos na economia formal, com isso eram levadas a desenvolver alternativas para sobreviver. Uma delas era desenvolver estratégias de subsistência relacionadas a atividades de baixo nível de produtividade, as quais geralmente se encontravam na economia informal.

Com esse processo, ao invés de se reduzir a heterogeneidade estrutural, ocorreu a sua proliferação ao longo de toda a economia. O setor pouco desenvolvido deixou de ser apenas uma característica relacionada ao trabalho no campo. Conforme nos apresenta Braga (2006, p. 5):

> Na delimitação teórica que surge dos estudos realizados pela OIT/PREALC, o setor informal é resultado do excedente estrutural de mão-de-obra, configurando-se na única alternativa de alocação desta parcela da população em idade ativa. Nesse sentido, o setor informal está implicitamente colocado como um setor de ajuste para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado.

A relação entre a economia formal e informal é um aspecto que também deve ser ressaltado na análise do PREALC. A princípio, conforme colocado por Ramos (2007) e Baltar e Dedecca (1997), acreditava-se que a inter-relação entre os dois pólos da economia se dava apenas por meio de um fluxo de renda e trabalho, ou seja, a economia formal fornecendo renda e a informal mão-de-obra. Neste sentido, a segunda seria constituída de uma série de atividades que se dariam sob o setor moderno, não havendo grandes relações entre eles a não ser as já mencionadas. Ela sobreviveria em espaços em que o setor moderno não encontraria grandes vantagens em operar, pois a lucratividade não seria atrativa para a grande empresa capitalista.

Em trabalhos posteriores do PREALC há um avanço em relação à visão dualista da ocupação formal-informal, onde se destacam os vínculos de complementaridade entre ambas. Segundo Braga (2006, p. 5):

> Os próximos estudos do PREALC contêm um esforço mais sistemático de interpretação do setor informal urbano. Diversos autores destacam a existência da diversidade na estrutura e na dinâmica de funcionamento entre as formas de organização da estrutura produtiva, coexistindo dois espaços de reprodução da força de trabalho, ainda que integrados através da participação no mesmo mercado, onde são desenvolvidas ações, tanto de complementaridade quanto de competição. Esta visão de heterogeneidade permite conceber a possibilidade de certas atividades informais serem competitivas em relação às mesmas atividades formais, constituindo-se até mesmo alternativa de emprego ao setor formal, o que viabilizaria políticas voltadas para sua organização e seu desenvolvimento, rompendo com a visão dualista da ocupação.

A partir destes avanços que ocorreram no PREALC, sua forma de ação também mudou. Segundo as novas prerrogativas, como a economia informal era um reflexo da heterogeneidade estrutural, não faria sentido atuar sobre ela na tentativa de formalizá-la. Segundo Ramos (2007), as ações do PREALC se constituíram em uma série de iniciativas, reunidas sob o nome genérico de "políticas de apoio ao setor informal", que tinha como objetivo elevar seu nível de emprego e renda.

2. Marxistas e neomarxistas[*]

A matriz teórica de cunho marxista se contrapõe a estruturalista devido a diversos fatores, porém será dada maior ênfase para as questões relacionadas ao mercado de trabalho.

No capítulo XXIII do primeiro volume do Capital, Marx inicia a discussão a respeito da *"Lei geral de acumulação capitalista"*. Neste ponto são dadas às bases de como deveria ocorrer o desenvolvimento da acumulação capitalista. Neste capítulo também se evidenciam algumas características marcantes do mercado de trabalho e suas funções dentro da teoria marxista.

Em relação ao mercado de trabalho, Marx não vê um dualismo, como viam os estruturalistas, mas sim uma complementaridade entre as formas de trabalho. Marx (1985, p. 200):

> Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado a sua própria custa.

[*] Neomarxistas, no caso dos trabalhos que estudam a economia informal, é uma nomenclatura dada por alguns autores como Pamplona (2001) e Salas (2006) para definir a escola de alguns autores que, apesar de ter suas origens na escola marxistas, foram além de suas análises e agregaram algumas observações distintas, ainda que não conflitantes, a suas idéias.

Dentro da concepção marxista o excedente de mão-de-obra é um subproduto do próprio processo de acumulação, sem o qual o mesmo estaria em risco.

As divergências em torno das teses dos estruturalistas e marxistas aportam no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, justamente quando surge um debate que os contrapõem. Conforme nos coloca Marques, Mendes e Leite (2007) o processo que vinha ocorrendo no Brasil, no que diz respeito à forma de seu desenvolvimento, não era bem representado pela visão dualista, tese defendida pelos estruturalistas. Este processo seria mais bem descrito pela dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado.

No lugar do dualismo, haveria uma complementaridade a favor da reprodução do capital dentro de um padrão já estabelecido. Este favoreceria certa parcela da sociedade, que em muitos casos se tratava das oligarquias já estabelecidas.

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado surge no livro de Trotsky (1978), a Historia da Revolução Russa, onde é desenvolvido. Trotsky (apud Marques, Mendes e Leite 2007, p. 7 e 8) nos dá um vislumbre de sua teoria:

> O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado... A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoite de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas.

A dinâmica apresentada pelo processo do desenvolvimento desigual e combinado diverge da visão dualista. Na proposta dos estruturalistas, mesmo que o desenvolvimento se desse de forma desigual, tratava a economia de forma polarizada, com o setor moderno e arcaico convivendo, porém com um grau de relação muito limitado. A correlação entre os setores se dava apenas, por meio dos fluxos de trabalho e renda.

A dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado ia além, pois acreditava que havia uma complementaridade muito maior entre os setores da economia. O moderno dependeria do mais atrasado de diversas formas que iam além dos meros fluxos de renda e trabalho do modelo dualista.

A partir da visão do imbricamento entre os setores os teóricos marxistas procuram explicar o fenômeno da economia informal. Suas atividades não seriam atípicas, ou mesmo contraditórias dentro da lógica capitalista, seriam funcionais ao modo de produção capitalista no sentido em que é apresentada por Marx. Segundo a lógica da acumulação capitalista, a economia informal faria parte do

“exército de reserva de mão-de-obra” (o qual determinaria o seu surgimento), e serviria para expandir o processo de exploração da mão-de-obra.

A abordagem marxista conta com alguns autores importantes como é o caso de Oliveira (1981), Singer (1979) e Prandi (1978). Eles observam a economia informal como um “colchão” contra as crises do capitalismo, pois esta teria a capacidade de absorver parte do exército de reserva criado durante os momentos de dificuldade e com isso proporcionaria certa estabilidade social.

Esta estabilidade seria mantida de duas formas, a primeira criando renda para aqueles que por ventura encontram-se fora do mercado formal (mesmo sendo uma renda geralmente inferior a dos trabalhadores formais), a segunda por meio da produção de bens e serviços mais baratos, o que reduziria o custo de reprodução da força de trabalho. Oliveira (1981, p. 34) ainda nos coloca:

> Esses tipos de serviços, longe de serem excrescências e apenas depósito do “exército industrial de reserva” são adequados ao processo da acumulação global e da expansão capitalista, e, por seu lado, reforçam a tendência a acumulação da renda.

De acordo com a visão dos marxistas a economia informal seria funcional ao modo de produção capitalista, porém alguns autores questionam a forma como se daria o trabalho no interior do processo de produção. Nakatani e Sabadini (2001) acreditam, assim como Prandi (1978), que a economia informal é capitalista ao mesmo tempo em que não é, pois não se encontra no circuito formal de reprodução do capital, e é capitalista ao passo que somente se explica dentro de seu processo de acumulação, em muitos sentidos ela depende dos fluxos advindos da economia formal.

A concepção de que a economia informal depende dos fluxos de trabalho da formal também é compartilhada por Singer (1979), que na década de 1970 fez a seguinte análise: com o crescimento econômico as empresas tenderiam a se verticalizar, isso geraria a incorporação de uma série de atividades que anteriormente se davam fora da empresa formal, com isso a economia informal tenderia a desaparecer. A continuidade do crescimento econômico reduziria o seu tamanho. Porém a realidade não poderia se mostrar mais adversa a essa tese.

Devido a grave crise econômica que assolou o mundo durante a década de 1970, a tendência a verticalização, observada por Singer (1979), não se concretizou. Ao longo das décadas seguintes o nível e a duração do desemprego aumentaram na América Latina, e com isso os gastos públicos cresceram na tentativa de amparar os trabalhadores. Segundo Baltar e Dedecca (1997), as implicações deste processo sob o mercado de trabalho determinaram que vastos contingentes de ex-assalariados fossem buscar novas ocupações na economia informal.

O mundo do trabalho passou por uma profunda transformação neste período. A forma como se organizava a produção também passou por uma revolução. Conforme nos coloca Nakatani e Sabadini (2001, p. 3):

> A lógica capitalista, voltada para a produção de lucro e para a valorização do capital, promoveu intensas transformações nas relações de trabalho através da reestruturação dos processos produtivos, desregulamentação e maior flexibilização dos mercados de trabalho.

Portanto a tese proposta por Singer (1979), de que o desenvolvimento geraria uma maior verticalização, o que favoreceria a absorção da economia informal dentro das empresas formalizadas, não poderia ter se mostrado mais equivocada para o momento em que foi proposta. O que ocorreu foi justamente o contrário. Ao invés de crescimento econômico houve uma grande crise que perdurou até meados da década de 1990. As empresas não se verticalizaram, o movimento foi justamente o oposto, houve uma grande horizontalização e a conseqüente expulsão de trabalhadores das grandes empresas. Com isso surgiu uma quantidade muito grande de pequenas empresas que muitas vezes estavam na economia informal.

Diante deste novo cenário há uma reafirmação do caráter complementar do setor informal dentro da ótica marxista. Conforme nos apresenta Baltar e Dedecca (1997, p 74):

> Esse novo contexto *(pós-crise e reestruturação do mercado de trabalho)* induz a uma reavaliação do papel do setor não-organizado na dinâmica do capitalismo. Este setor passa a fazer parte da lógica de produção/atividade do setor moderno. Assim, as atividades informais não somente recebem os trabalhadores expulsos pelas atividades modernas em seu movimento de racionalização produtiva, como são incorporados ao seu ciclo produtivo. O avanço da racionalização produtiva aprofunda as relações intersetoriais, seja do ponto de vista da transferência de contingentes de trabalhadores, seja do ponto de vista do deslocamento de produção.

Há alguns autores que reafirmaram o caráter marxista da economia informal e acabaram sendo denominados de neomarxistas. Entre eles podemos destacar alguns de seus trabalhos: Portes e Castells (1989) e Sassen (1997).

Os trabalhos dos neomarxistas analisam as ações da economia informal como resultado da crise pela qual a economia mundial vinha passando desde meados da década de 1970. Segundo Portes e Castells (1989), em resposta a esta crise, as empresas procuraram alternativas para se livrarem dos altos encargos impostos a elas pela legislação estatal, além da pressão exercida pelos sindicatos na busca de melhores condições aos trabalhadores.

Para completar o quadro, a concorrência internacional vinha se acirrando com a industrialização de vários países em desenvolvimento. A resposta encontrada pela maioria das empresas a estas questões foi por meio da flexibilização de seu modo de produção, o que ocorreu em grande parte com a horizontalização de suas plantas.

A flexibilização ocorreu buscando aumentar a lucratividade das empresas. Para isso era necessário, entre outras coisas, a redução dos custos. Neste cenário as relações trabalhistas tornaram-se mais flexíveis, favorecendo, em muitos casos, a redução dos salários.

Segundo Salas (2006), esta reestruturação produtiva ainda contou com a subcontratação que, geralmente, utiliza pequenas empresas que participam da cadeia produtiva. Com isso os preços tornam-se mais competitivos, pois as subcontratadas muitas vezes estão na economia informal onde os salários são menores e as condições de trabalho nem sempre são apropriadas, favorecendo uma drástica redução de custos.

A subcontratação e terceirização são formas de produção extremamente importantes para a manutenção do modo de acumulação capitalista, pois dão continuidade a superexploração da força de trabalho (que é abundante nos locais onde geralmente estão instaladas as subcontratadas. Um aspecto importante deste processo é a utilização de parte do exército de reserva de mão-de-obra). Outro ponto que deve ser ressaltado é que este processo ocorre no seio da produção capitalista, pois a cadeia de produção em que muitas empresas na economia informal participam é geralmente liderada por multinacionais. Um exemplo amplamente difundido é o caso da Nike.

Diante do contexto exposto, o crescimento da economia informal, na concepção neomarxista, se configura como parte constituinte do processo de reestruturação econômica mundial pós-crise da década de 70. Na verdade a perspectiva não difere muito das propostas dos marxistas originais, o que ocorre é que elas vêm a acrescentar as novas formas em que a acumulação capitalista esta encontrando para se reafirmar. De acordo com os neomarxistas, esta nova forma se afasta cada vez mais da idéia de economia dual, como era a proposta dos estruturalistas. Segundo Portes (apud Salas, 2006, p.197):

> Sin embargo, contrario la propuesta de OIT/PREALC, el sector informal no esta desde esta perspectiva definido em términos dualistas como um conjunto de atividades marginales excluídas de la economia moderna, sino como parte integral de esta última.

Há ainda uma interpretação teórica que funciona na verdade quase que como uma síntese entre os teóricos marxistas e estruturalistas. Esta interpretação é a intersticial subordinada que é defendida por Cacciamali em vários de seus trabalhos. Cacciamali (2007) nos coloca que esta interpretação esta baseada na literatura marxista e estruturalista, além de possuir interfaces importantes com o PREALC.

Alguns aspectos desta interpretação merecem ser destacado, a começar pela sua postura em relação ao método dual. Segundo Cacciamali (2007, p. 150) uma vez conhecida à complexidade do todo produtivo, as formas como a produção se organiza não podem ser encaradas "*como uma divisão dual da realidade, pois correspondem a expressões de relações de produção não isoladas*". Com isso pressupõem-se a existência de vínculos entre a economia formal e informal que na verdade se traduzem

em uma relação de subordinação. Neste caso, a autora se refere a uma subordinação da economia informal em favor da formal, esta dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista.

A subordinação é multidimensional, pois diz respeito a vários espaços econômicos, como a implantação de tecnologia, a concorrência por matéria prima, o acesso ao crédito, às relações de troca e aos vínculos de subcontratação. Conforme nos aponta Cacciamali (2007, p. 150):

> A subordinação é percebida pelo fato de o Setor Informal não poder avançar sobre o terreno explorado pelas firmas capitalistas, que ao imprimirem sua dinâmica sobre o espaço econômico delimitam os interstícios passiveis de exploração pelas unidades de produção do Setor Informal, ou seja, definem a amplitude de sua capacidade de oferecer produtos e serviços.

A economia informal acaba sendo composta pelas atividades que se encontram nos interstícios da produção capitalista, ou seja, é moldada pelas relações capitalistas impostas pelo setor formal, desde a forma como se da à oferta de bens até a forma como é estruturada a demanda.

A interpretação intersticial subordinada ainda flerta com alguns aspectos do PREALC, como é o caso das características dos ocupados na economia informal. Segundo Cacciamali (2007) os fatores que distinguem as ocupações da economia informal dentro desta abordagem são muito semelhantes aos apresentados pelo PREALC na década de 80.

Outro fator relevante para o surgimento da economia informal dentro da abordagem intersticial subordinada é o arcabouço jurídico-institucional. Segundo Cacciamali (2007, p. 152):

> …aspecto toca ao ambiente jurídico-institucional, como fator condicionante das possibilidades objetivas econômicas e sociais de promover, manter ou dissolver pequenas unidades de produção e do trabalho por conta própria. Códigos relativos às regras de abertura e funcionamento de estabelecimentos, a legislação laboral, os diferentes níveis de legislação tributária, bem como a eficácia da máquina fiscalizadora do Estado, e sua moralidade fiscal, podem permitir a criação de unidades de produção de pequeno porte formalizadas ou determina-las a exercer suas atividades ignorando o marco legal.

Apesar da importância do arcabouço jurídico-institucional para a abordagem intersticial subordinada, há outra linha teórica de estudos da economia informal que atribui muito mais peso a este aspecto de seus determinantes, esta é a legalista e neoliberal que será abordada a seguir.

3. Legalistas* e Neoliberais

* Legalista, neste trabalho, esta se referindo aos autores que utilizam como principal determinante da economia informal o excesso de legislação e por esse motivo o nome legalista.

A partir de meados da década de 1980 os primeiros trabalhos dos legalistas e neoliberais começaram a surgir. Conforme nos apresenta Braga (2006), está nova formulação da economia informal procura vincular de forma explicita o seu surgimento à ausência de regulação em suas atividades, ou mais especificamente, devido a uma mudança em relação ao ordenamento jurídico da organização da produção.

Esta mudança de ordenamento jurídico, muitas vezes, é expressa com o não cumprimento das regras fiscais, trabalhistas ou previdenciárias. Braga (2006, p. 7) apresenta alguns critérios de definição da ocupação na economia informal a partir do enfoque legalista:

> A economia informal corresponderia a atividades na qual a ausência de regulamentação governamental constituiria um dos aspectos mais importantes de identificação, e a inexistência de carteira de trabalho assinada ou contribuição para o instituto de previdência social seria o elemento identificador da ocupação informal.

Esta nova forma de se abordar a economia informal, busca apresentá-la como algo ligado à clandestinidade do emprego e a tentativa de burlar a legislação fiscal. Esta atitude seria uma tentativa de obter uma alternativa (mesmo que não seja na esfera legal) para a manutenção e a ampliação da valorização do capital.

Conforme Fagundes (1992), este novo sentido dado à economia informal demonstra um deslocamento do próprio objeto de pesquisa. Nas interpretações anteriores ela era decorrência da natureza não capitalista do pequeno empreendimento, no sentido em que, na maioria dos casos, estes não buscam lucro e sim meios de subsistência de seus afiliados.

Anteriormente não havia confusão entre ilegalidade e economia informal, porém com esta nova abordagem o tamanho da empresa informal não mais importa, pois a forma defini-la é por meio de sua legalidade independente de suas características.

Conforme Braga (2006) aponta de forma esclarecedora, segundo os legalistas e neoliberais, a economia informal passa a ser explicada como manifestação da crise de gestão do Estado capitalista, que teria ocorrido em decorrência dos elevados encargos fiscais e sociais. O custo excessivo do emprego e da carga tributária imposta às empresas estaria deprimindo os seus lucros de forma que elas são obrigadas a encontrar alternativas informais para reverter este quadro.

Segundo Pamplona (2001), neste enfoque a economia informal também é chamada de economia subterrânea e é constituída de um conjunto de atividades econômicas não-registradas, e não declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas. Neste caso estão excluídas atividades como: prostituição, tráfico de drogas, venda de artigos roubados, extorsão, etc.

Um representante expressivo desta abordagem é o peruano Hernando De Soto (1987). Em seus trabalhos ele busca ressaltar a capacidade do "empresariado difuso" da economia informal de administrar, com relativa eficiência, seus negócios desde que o Estado não interfira demasiadamente.

Este enfoque esta baseado em um cenário no qual há falhas nas instituições, ou seja, a legislação do Estado não consegue mais atender as necessidades da sociedade, com isso os indivíduos buscam alternativas na economia informal, na qual são estabelecidas as suas próprias regras de funcionamento. Ramos (2007, p 126-127) faz uma análise dos argumentos de De Soto:

> Quando as instituições são definidas como o conjunto de regras que articulam e organizam as interações econômicas, sociais e políticas entre os indivíduos e os grupos sociais, e cujo cumprimento pode ser voluntário ou coercitivamente imposto pelo Estado, podemos imaginar a existência de regras não escritas (*comon law*, na tradição anglo-saxã). Nessa perspectiva, a abordagem de De Soto pode ser vista como diagnosticando a crise de certa forma de institucionalidade (instituições ineficientes) e a necessidade de dar reconhecimento legal a direitos e instituições que hoje teriam uma normativa extralegal, especialmente no que concerne aos direitos de propriedade.

O argumento aqui apresentado é de que o Estado não acompanhou o desenvolvimento da sociedade, fazendo com que suas instituições se tornassem ultrapassadas, com isso surgem às formas de trabalho que não se encaixam nas antigas instituições e acabam sendo consideradas informais.

Esta abordagem também é conhecida como neoliberal devido ao fato de que o receituário proposto por seus autores se assemelha com as propostas neoliberais que floresceram no mundo em meados das décadas de 1980 e 1990. Os neoliberais afirmavam que a crise pela qual os países vinham passando era em decorrência, principalmente, da demasiada intervenção estatal.

Esta abordagem vem sofrendo diversas críticas desde que se manifestou em meados da década de 1980. Uma delas é que o surgimento da economia informal baseado em sua ilegalidade apresentaria certa circularidade teórica. Segundo Tokman (1987), o fato de não cumprir as normas vigentes na verdade é o resultado de atuar na economia informal e não sua causa, portanto nem todos que não respeitam a legislação existente podem ser considerados atores da economia informal.

Ramos (2007) ainda remete à vertente cepalina na qual a questão da legalidade já havia sido levantada, porém não era considerada uma causa da economia informal, mas sim conseqüência da mesma.

Outro aspecto que Ramos (2007, p. 125) aponta é a questão da escala de produção e o tamanho da unidade:

> Identificar a informalidade à economia subterrânea seria como supô-la independente da escala de produção, da produtividade etc., e, ao mesmo tempo, presumir que a mesma unidade de análise (economia informal) poderia aplicar-se ao autônomo que não contribui para a previdência social, à parte da receita não declarada de uma firma multinacional, à microempresa familiar não legalizada etc.

A crítica de que a economia informal não deve ser definida apenas pela sua legalidade é também sustentada por Salas (2006). Ele diz que usando as atividades não registradas ou mesmo levadas a cabo à margem da lei *"es solo uma descrpición y no una explicación de las causas que subyacen su surgimento o proliferación"*. Salas (2006, p. 200) expressa outro ponto interessante:

> ...esto implica que cuando la pertencia o no a la informalidad depende solo del cumplimiento de una legislacion, el SIU (setor informal urbano) podría desaparecer com el simple cambio de la ley. Los fenômenos reales que pretende aprehender la informalidad segurían existiendo a pesar del cambio legal.

Diante das críticas expostas a esta linha de análise é possível notar o quão controversa ela é. E em comparação com as outras, a legalista e neoliberal não dão muito espaço para outras explicações que levem em consideração aspectos diversos, além da forma de atuação do Estado e da questão legal. Isto demonstra certa limitação teórica perante assunto tão complexo.

4. Conclusão

O objetivo em apresentar as principais linhas teóricas que estudam a economia informal é, também, buscar em suas análises quais os fatores determinantes para explicar o seu surgimento. E para facilitar esta observação eles foram classificados em quatro grupos conforme segue: macroeconômicos, microeconômicos, demográficos, legal e tributário. Cada um composto pelos seguintes subitens:

- Macroeconômicos – crescimento econômico, liberalização comercial e emprego/desemprego;
- Microeconômicos – padrão tecnológico e subcontratação/terceirização;
- Legais e tributários – legislação trabalhista e estrutura tributária;
- Demográfico – migração e crescimento populacional.

Entre as escolas que estudam a economia informal aqui apresentada, estes fatores são os mais explorados para explicar o seu surgimento. Cada autor dá um determinado peso pra cada um, porém há certo consenso em listar estas variáveis como sendo de profunda relevância para o surgimento da economia informal. Ao longo deste subitem a idéia é apresentar de forma sintética como cada uma destas variáveis é abordada em cada escola e analisar o seu papel no surgimento da economia informal.

As variáveis macroeconômicas são fatores determinantes que aparecem de forma mais clara em duas escolas: os estruturalistas e os marxistas e neomarxistas. Ambas consideram o crescimento econômico como um dos determinantes da economia informal, pois este permitiria a incorporação na economia formal de parcela da população que se encontre na informalidade. Esta absorção se daria em atividades que surgiriam durante a etapa de prosperidade, porém a falta de crescimento econômico teria o papel inverso, ou seja, as pessoas perderiam suas ocupações na economia formal, e caso a recessão

seja muito prolongada as pessoas são obrigadas a procurar ocupações em atividades que muitas vezes se encontram na economia informal. O desemprego tem um papel chave nesta dinâmica.

Tanto os estruturalistas quanto os marxistas e neomarxistas percebem na questão do desemprego uma porta de entrada para a economia informal, pois na ausência, ou mesmo ineficiência, dos programas de assistência do Estado aos desempregados estes são obrigados a encontrar alternativas de sobrevivência. Estas geralmente estão na economia informal, na visão de complementaridade dos marxistas e neomarxistas, esta ainda seria mais uma maneira de fortalecer o modo de acumulação capitalista.

Outro fator que se encontra entre as variáveis macroeconômicas, a liberalização comercial, também contribuiria para o crescimento da economia informal. Conforme apontado anteriormente à liberalização comercial favoreceria o acirramento da concorrência internacional, o que segundo os marxistas e neomarxistas estaria proporcionando a manutenção de formas precarizadas de relação de trabalho.

Os fatores microeconômicos possuem um subitem de grande importância que é o padrão tecnológico, este encontra grande respaldo em duas escolas: os estruturalistas e os marxistas e neomarxistas. Para os estruturalistas a não geração de oportunidades de emprego suficientes por conta do padrão tecnológico faz com que, na existência de pressões demográficas, as pessoas que se deslocaram do campo para a cidade (por conta dos fluxos migratórios), por exemplo, não encontrem empregos na economia formal. Com utilização de tecnologia intensiva em capital pode-se criar um contingente de desempregados estruturais que vão em busca de oportunidades na economia informal.

Os marxistas e neomarxistas têm uma abordagem um pouco mais ampla a respeito da questão do padrão tecnológico. Eles acreditam que a tecnologia serviu para flexibilizar o processo de produção capitalista. Em sua hipótese há também a expulsão dos trabalhadores ou mesmo a não absorção destes por conta do padrão tecnológico ser intensivo em capital (como acreditam os estruturalistas), porém isto serviria aos propósitos do capitalismo no sentindo em que algumas atividades anteriormente executadas no interior da grande empresa capitalista passariam a ser realizadas por pequenas empresas que se encontram na economia informal. Este processo é funcional ao capitalismo, pois reduz seus custos aumentando sua rentabilidade, porém só é possível graças à evolução do padrão tecnológico que permite a substituição de certa parcela da mão-de-obra por capital. Com este processo criam-se maiores oportunidades para as empresas terceirizadas e subcontratadas para reduzir ainda mais os custos.

Com parte da mão-de-obra sendo expulsa da produção da grande empresa capitalista, outras empresas subcontratadas e terceirizadas assumem a produção que anteriormente encontrava-se verticalizada. Estas empresas, que assumiriam a produção, estariam muito mais propensas a estar na

economia informal, pois desta forma poderiam manter um custo baixo o suficiente para serem atrativas, com isso cria-se mais um estimulo a informalização.

Dentro da lógica de manutenção da baixa dos custos de produção a linha legalista e neoliberal apresenta o seu principal fator determinante para o surgimento da economia informal. Para os legalistas e neoliberais a legislação trabalhista e a estrutura tributária impostas pelo Estado são entraves ao processo de produção, pois encarecem e burocratizam de forma exacerbada o processo produtivo. Este fato estimula muitos empresários e trabalhadores a se dirigirem para economia informal como forma de se protegerem dos custos abusivos e da burocracia que lhes são impostos. Para esta escola do pensamento econômico, a economia informal é uma conseqüência do processo de crescimento do Estado, que nos últimos anos passou a intervir de forma negativa em muitas áreas nas quais não deveria.

E por fim os fatores relacionados às questões demográficas, tanto o crescimento populacional quanto os fluxos migratórios. Estes fatores são de grande relevância como determinantes da economia informal, principalmente para os estruturalistas e marxistas. A explicação disso se encontra no fato de que estas escolas traduzem a questão demográfica para um excedente de mão-de-obra. Isso devido ao próprio crescimento populacional, ou por meio de um fluxo migratório estes dois elementos (sozinhos ou conjugados) nas condições "apropriadas" criam um excedente de mão-de-obra não absorvido pelo mercado formal de trabalho.

Apesar de ambas as escolas considerarem o excedente estrutural de mão-de-obra como fator relevante, os estruturalistas o entendem como uma fonte quase que inesgotável (devido à manutenção da heterogeneidade estrutural) de força de trabalho. Já os marxistas e neomarxistas acreditam que este excedente estrutural seja fundamental para a manutenção do modo de acumulação capitalista, sem o qual todo o sistema poderia estar comprometido, pois conforme apresentado anteriormente esta escola acredita que o excedente estrutural de mão-de-obra seja um subproduto do próprio processo de acumulação capitalista. Apesar das divergências de interpretação ambas as escolas concordam que um excedente de mão-de-obra é um fator importante para o surgimento da economia informal.

Conforme apresentado ao longo do artigo, os determinantes da economia informal aqui expostos, apesar de em alguns momentos estarem contidos em escolas diferentes, podem ser considerados como decisivos no grau de informalidade em que uma economia possa a vir se encontrar. A proposta aqui levantada é que é seguro utilizar estas variáveis para explicar o fenômeno da economia informal. E como propostas para pesquisas futuras seria interessante quantificar o peso de cada uma destas variáveis para distintas regiões econômicas.

5. Referências Bibliográficas

BALTAR, P. E. A; DEDECCA, C. S. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos** v. 27, p. 65-84, 1997. Disponível em: < http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>. Acesso em 25 jun. 2007.

BANGASSER, P. E. **The ILO and the informal sector:** An institutional history. Geneva: ILO, 2000. Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/publ/ep00-9.htm>. Acesso em 12 Jun. 2007.

BRAGA, T. Silveira. O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife. In: **XV Encontro Nacional de Estudos populacionais**. Caxambú, 2006.

CACCIAMALI, M. C. (Pré-)Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro. 7 Letras, v. 9, n. 1, 2007.

DE SOTO, Hernado. **Economia subterrânea:** uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

FAGUNDES, M. E. M. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador:** Um estudo exploratório. Salvador: FCE/UFBA, 1992, 201p. (Dissertação de Mestrado)

MARQUES, Rosa M.; MENDES, Aquilas e LEITE, Marcel G. Discutindo uma proposta de cobertura do risco velhice para o Brasil. São Luiz, Encontro Nacional de Economia Política. 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova cultural, 1985.

NAKATANI, P. e SABADINI, M. S. **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil.** 2001. Disponível em:< http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF> Acesso em: 15 Jun. 2007.

OIT. Decent work and informal sector. In: **International Conference 90th.** Geneva: 2002. Disponível em:<http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc90/pdf/rep-vi.pdf> Acesso em: 12 Jun. 2007.

OLIVEIRA, Francisco de**. Critica a razão dualista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PAMPLONA, João B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos** – auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

PORTES, A. e CASTELLS, M. **World underneath:** the origins, dynamics, and efects of the informal economy. Baltimore: The John Hopkins University press, 1989.

PRANDI, José R. O trabalhador por conta própria sob o capital. São Paulo, Símbolo, 1977.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro. 7 Letras, v. 9, n. 1, 2007.

SALAS, Carlos. El sector informal: auxilio u obstáculo para el conocimiento de la realidad social en América Latina. In: **Teorias Sociales y Estúdios del trabajo: Nuevos enfoques.** 2006

SASSEN, S. **Informalization in advanced market economies.** New York: Columbia University, 1997. Disponível em:< www-ilo-mirror.cornell.edu/public/english/employment/strat/download/iddp20.pdf> Acesso em: 15 Out. 2007.

SINGER, P. **Economia política do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

TOKMAN, Victor E**.** El sector informal: quince años despues. El trimestre econômico, n. 215, p. 513 – 536, 1987. In: PAMPLONA, João B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos** – auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa.** 1º volume – A queda do Tzarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.